
A Decisão Ética no Trabalho de Informação

ANTONIETA VIGÁRIO

COMISSÃO de ética para os profissionais de informação

Nesta comissão estão representadas todas as associações de profissionais existentes em Portugal (BAD, INCITE, APDIS) e procura manter uma estreita colaboração com todas e cada uma delas.

Os objectivos da comissão de ética para os profissionais de informação em Portugal estão claramente definidos no Protocolo assinado pelos presidentes das três associações de profissionais portuguesas e são os seguintes:

- Auscultar a sensibilidade dos profissionais sobre a necessidade de um código de ética para a classe;
- Motivar a classe profissional para o estudo dos problemas concretos que, nesta matéria, a prática profissional coloca;
- Elaborar um projecto de código de ética profissional para os profissionais de informação em Portugal, a ser posteriormente discutido e votado pela classe.

Cada um destes pontos corresponde a um processo bem definido que se vem vindo a realizar e no qual se enquadra o encontro que sobre este assunto realizámos.

* Comunicação apresentada pela coordenadora da Comissão de Ética para os Profissionais de Informação, Dra. Antonieta Vigário, ao I Encontro Internacional de Ética na Informação realizado em Lisboa a 27 de Junho de 1995.

Pensamos que já se atingiu o primeiro ponto destes objectivos. Parece, numa consulta feita em 1994 aos bibliotecários, arquivistas e documentalistas portugueses, que existe um interesse real na existência de um código de ética para a classe profissional. Por diversas razões que se prendem com a clarificação de conceitos aplicáveis à prática profissional e ainda por uma pretendida dignificação da classe em Portugal. Sem dúvida também por uma aplicação quotidiana à procura da qualidade, criando hábitos de clarificação e decisão profissional para uma melhoria da relação com os utilizadores.

Resta-nos agora descrever o modo como pensamos que se pode motivar a classe para o estudo dos problemas éticos da prática profissional.

Organizar encontros e debates, escrever pequenos artigos e fazer circular a informação, pedindo a quem quiser que nos convoque para esses encontros e debates e ainda procurando saber qual é a prática real que existe na actualidade, ao mesmo tempo que se procura já saber também como é que os profissionais consideram legítima a afirmação de certos princípios e se empenham em levá-los à prática.

A relação com organizações internacionais tem-se feito não só a nível de recolha e troca de informações mas também através de encontros interpersonais.

Razões para a metodologia de elaboração do código de ética

O objectivo prático da existência da CEPIIP é a elaboração de um código de ética para a classe profissional. E sabemos que as coisas se podem fazer de vários modos, nós procuramos que essa elaboração seja a um tempo eficiente e democrática. Neste sentido: que se faça e o mais atempadamente possível um código que corresponda ao que a maioria das pessoas implicadas neste género de trabalho pensa e democraticamente, quer dizer promovendo debates em que todos os profissionais de todo o país, de todas as espécies existentes, se impliquem.

A informação que a Comissão de Ética tem sobre códigos de ética para profissionais existentes noutros países parece-nos exaustiva e actualizada. No entanto a elaboração de um código de ética para a classe não se deve fazer unicamente como comparação entre os códigos existentes. Parece-nos necessário não só o conhecimento do que existe mas também a criatividade para o que está para existir.

Porque é que pensamos que é mais adequado elaborar um código de ética a partir do pensamento de toda a classe do que escrever um código de ética que seja uma adaptação de códigos já existentes?

Porque embora nos pareça muito mais trabalhoso é muito mais realista porque este pensamento é para incidir na acção.

E só se aceita o que tem a ver com o aspecto normativo de um código se anteriormente nos sentimos implicados na sua elaboração, se as afirmações correspondem mesmo à prática que achamos conveniente, numa palavra, se dele somos co-autores, se nos responsabilizamos pelo que é afirmado.

Pareceria estranho que surgisse um Código de Ética para os Profissionais de Informação em Portugal sem esta participação. Seria elaborado por uma Comissão que embora possa ter estudado e continue a estudar estas questões, e ainda que integre membros de todas as associações profissionais existentes, não se considera mais esclarecida do que o conjunto de pessoas que em Portugal exercem esta actividade profissional.

Num tempo de mudanças tecnológicas é necessário afirmar que o trabalho de informação exige uma qualidade de educação de topo assim como talento intelectual, dedicação e empenho profissional, que é um trabalho intelectual da mais alta ordem, que o mundo da informação é de crescimento em complexidade e que os bibliotecários, arquivistas, documentalistas e gestores de informação continuam a ser os mais qualificados para encontrar, distribuir e gerir a informação.¹

Se as questões que se colocam, do ponto de vista ético, tivessem uma resposta unânime, se os assuntos não fossem controversos, se a realidade não estivesse sujeita a diversas leituras, se a prática quotidiana não fosse passível de gerar conflitos, não se levantariam as questões que consideramos éticas.

Como acontece que se colocam problemas concretos que têm para além da sua própria dimensão circunstancial repercussões no futuro, a consideração destes problemas, a sua resolução e a sua provável expressão num código de ética beneficiará quer os utilizadores quer os profissionais. Porquê? Porque ao saber que existem regras que se aplicam a toda uma classe de profissionais, as pessoas sabem que há uma lei escrita que facilita e clarifica a decisão em casos de dúvida, que existem limites na utilização da informação existentes e quais são; que a informação pessoal que deixam numa qualquer biblioteca e que pode ser guardada electronicamente não será disponibilizada a terceiros, que quando o acesso a certos tipos de informação lhes for negado podem reclamar, que aquilo que procuram lhes será fornecido com a explicitação dos limites existentes, que a censura da informação não é praticada nos serviços de informação, quer seja em bibliotecas, arquivos ou serviços de documentação portugueses, porque existe uma classe profissional que está mais esclarecida e garante a qualidade profissional em muitos aspectos e também no ético.

Alguns problemas éticos de carácter geral como: relação entre países ricos e pobres em informação, preparação intelectual e competência profissional, não são aqui considerados. Outros problemas mais próximos à decisão do dia a dia também não cabem neste pequeno espaço de trabalho. Estão neste caso a confidencialidade da informação nas diversas organizações e a exactidão e relevância da informação disponibilizada. São unicamente explicitados os conceitos de privacidade dos utilizadores dos serviços de informação e a defesa da liberdade intelectual que está relacionada com a problemática do acesso à informação e da censura na informação.

No mundo diversificado da reflexão ética existem muitas teorias, que, sumariamente, podem ser apresentadas como as teorias consequencialistas e as deontológicas. De um modo simplificado podemos dizer que as primeiras consideram o acerto de uma acção pelas suas consequências e as segundas têm em consideração os motivos da acção e o acordo com o dever.

Como o *objectivo concreto é ajudarmo-nos mutuamente a decidir acertadamente*, não prescindiremos da teoria, porque esta é essencial, mas não debateremos os pontos intrincados das diversas teorias, servir-nos-emos delas de um modo prático e procuraremos aprender não só a decidir acertadamente, mas a justificar a nossa escolha, fundamentando-a. Conhecer os princípios que apoiam a decisão ética é uma qualificação de sobrevivência cultural. A ética será aqui considerada como uma ajuda à decisão a partir de princípios.

Não se trata simplesmente de escolher entre o que está certo ou errado, mas de saber escolher um caminho de acção entre duas ou mais alternativas que possuem sempre alguma coisa de bem, e de saber contar com as circunstâncias e os objectivos da acção. Normalmente, nas situações, surgem vários factores que ao intervirem, cada um com o seu grau de relevância, dificultam e tornam a decisão mais complexa. Daí que se possa considerar que, porque não é isenta de ambiguidades, a *decisão ética exige uma certa criatividade para se poder imaginar quais as consequências de um determinado curso de acção*².

Privacidade dos utilizadores de serviços de informação

Que informação acerca de si próprio ou acerca da sua organização deve uma pessoa revelar, sob que condições e com que salvaguardas? Que direito tem um arquivo, uma biblioteca ou um serviço de documentação a guardar informação pessoal acerca de pessoas ou de organizações. Como é que os utilizadores deste género de serviços podem estar seguros de que a

informação acerca de si próprios e acerca do que lêem, do que consultam, das pesquisas que realizam, não é, sob nenhum pretexto, posta à disposição de outras pessoas ou organizações?

Se de facto, é necessário dar informação pessoal e deixar registo do que se consulta, dos temas de investigação, do que se pede emprestado numa biblioteca, muita informação sobre o próprio e sobre o seu grupo de interesses é mantida em bases de dados de serviços de documentação. Como se usam esses ficheiros? Servem só para o fim indicado?

Dois factores principais ameaçam a nossa privacidade. Com o crescimento das tecnologias de Informação cada uma das informações que os utilizadores deram separadamente pode ser reunida numa base de dados central que dá um poder de informação aos que têm acesso a ela de um modo imprevisível e não autorizado pelos que a facilitaram para um fim concreto e não para aquele que a informação está a ser, na realidade, usada. A afirmação correcta de que a informação é importante para a tomada de decisões, pode também ser uma ameaça para a privacidade, porque outros podem querer justificar a espionagem que desejam fazer.

A lei 10/91 defende a privacidade de dados pessoais face à informática. Terá a classe profissional consciência desta lei? Os cidadãos portugueses têm conhecimento deste direito?

Como é que podemos dar garantia aos utilizadores dos serviços de informação de que respeitamos a sua privacidade?

Clarificação do conceito

Privacidade como controle da informação

Pode pensar-se que privacidade é o direito que os indivíduos têm de decidir quando, como e quanta informação acerca de si próprios é revelada aos outros. E embora o controle sobre a informação seja um aspecto da privacidade, não abrange completamente o conceito. Existem muitas situações em que não havendo controle da informação não existe perda de privacidade. Por exemplo num serviço de documentação é pedido a cada utilizador os seus dados pessoais, e a descrição dos seus principais temas de investigação, essa informação pode ser registada e guardada em bases de dados automatizadas, e reutilizada para fins estatísticos ou de organização. O utilizador do serviço não tem qualquer controle sobre essa informação mas, se essa informação for cuidadosamente guardada, não há perda de privacidade.

Privacidade e informação não-documentada

Pode ainda afirmar-se que privacidade é o direito de uma pessoa não ter informação pessoal não-documentada conhecida por outros. Informação pessoal aqui refere-se a factos que as pessoas não querem revelar acerca de si próprias. Há aqui uma passagem do controle da informação ao conteúdo da informação. Mas ainda aqui existem casos que não estão compreendidos neste conceito de privacidade. Podem existir situações em que havendo conhecimento de informação não documentada não existe perda de privacidade. Por exemplo: na rua pode ouvir-se ocasionalmente uma conversa sobre qualquer assunto que dá informação não documentada acerca de outra pessoa. Existe o conhecimento dessa informação, mas não houve invasão da privacidade.

Privacidade como acesso restrito à informação

A concepção da privacidade como acesso restrito à informação é a mais abrangente. Acesso restrito é quando se considera que determinado conjunto de informação pertence aos que participam de uma dada circunstância. Por exemplo: a lista de doentes com SIDA num Hospital: os que trabalham directamente com esses doentes têm acesso a essa informação, mas nem todos podem ou devem pedir acesso a esse tipo de informação sobre qualquer pessoa. São situações de privacidade em que, por causa das circunstâncias da situação, as pessoas estão protegidas da obtenção da informação por outros. Situações em que os que estão de fora estão moral ou legalmente proibidos de se intrometerem ou de obterem informação sobre outros. Este conceito de privacidade como acesso restrito, considera as intrusões como violações da privacidade só e quando interrompem situações privadas. Assim, o saber ocasionalmente uma informação pessoal na via pública não é uma invasão da privacidade, mas o adquirir informação por manipulação não autorizada de uma base de dados é um atentado à privacidade.

Atenção à prática

Pode considerar-se que a maior parte dos serviços de informação têm cuidado com os dados privados dos seus utilizadores. No entanto, existem certas faltas de atenção que podem pôr em perigo essa privacidade. Como

este é um diálogo sobre práticas profissionais, podemos permitir-nos chamar a atenção para certas circunstâncias.

Exemplos de prática que implicam a perda de privacidade de utilizadores em bibliotecas e serviços de documentação:

1. Numa biblioteca de acesso público, ainda que a biblioteca se destine maioritariamente a membros da mesma organização, estão publicações periódicas que são de consulta livre com papéis a indicar: *Fotocopiar o artigo X para o Sr. Dr. Y*. Num momento qualquer outro utilizador sabe exactamente o que é que está a preocupar, ou quais são os interesses de investigação pessoal do Dr. Y, que sem se dar conta, utilizou o Serviço de Documentação da sua organização, e este tornou público quais são os seus interesses próprios de investigação.
2. Numa biblioteca, ao requisitar um livro é costume que o utilizador preencha um impresso com seu nome, morada, situação profissional, e a referência do livro que requisita. Fica depois com o duplicado da requisição que até utiliza para marcar as páginas do livro. Passado pouco tempo devolve o livro à mesma biblioteca mas ainda com o dito duplicado esquecido entre as páginas do livro. O livro é emprestado a outra pessoa, sem se ter o cuidado de verse alguma informação ficou esquecida, e então o primeiro utilizador perde a sua privacidade.
3. Num serviço de documentação, pede-se a uma pessoa de uma empresa que especifique os seus interesses de pesquisa bibliográfica, o porquê, que parâmetros de pesquisa está a querer levar a cabo para se fazer uma pesquisa bibliográfica em linha bem exacta, mas essa informação é dada de viva voz, num qualquer espaço de atendimento público onde, por acaso, até podem estar presentes outros utilizadores que pertençam a uma empresa do mesmo ramo, que acham muito «interessante» compreender, com a exactidão possível, quais são as vias de experimentação ou de mercado que a sua concorrente está prestes a encetar.
4. Numa biblioteca que, de modo regular requisita bibliografia a outras bibliotecas, e deixa num lugar de acesso público a indicação do que vai ser pedido, a que biblioteca e ao mesmo tempo indicando para quem.
5. Os serviços de pesquisa online em que se usa gravar os resultados de pesquisas com a indicação de a quem se destinam, depois esses resultados podem ser de novo consultados por outros utilizadores, que além de os reutilizarem ficam a saber a quem se destinaram em primeiro lugar.

6. A própria ingenuidade dos profissionais quando, sem serem muito conscientes, dão informações sobre quem se interessa sobre certos assuntos, ou quem tem os livros que outro pode estar a necessitar. Exemplos disto, são exclamações do género: *«ai que giro! hoje já é a terceira pessoa que me pede informação sobre esse tema, veja lá que o seu colega A e o seu colega B, também já aqui estiveram»* ou ainda: *«Neste momento não podemos emprestar-lhe essa obra, mas pode dizer ao Sr. Engenheiro H que se despache porque ele é que o tem»*.
7. Existe ainda o caso daquelas bibliotecas que ao serem muito requisitadas por outra, se sentem no direito de perguntar ao responsável de cada uma dessas bibliotecas quem são os seus utilizadores, porque pensam que é muito interessante ter o contacto directo com o investigador de determinada área, em vez de emprestarem livros a outra biblioteca ou de fotocopiarem os artigos requisitados.
8. Um desafio nos está agora a ser levantado quando se pede que as bibliotecas construam uma base de dados onde além de indicarem quantas vezes um livro é emprestado, ou quantas vezes um artigo é fotocopiado se indique ainda para quem. Que exista uma avaliação do valor das publicações é muito interessante, que se divulgue ou se troquem bases de dados em que a informação sobre os utilizadores esteja incluída é uma falta de respeito pelos utilizadores dos serviços de informação.

Este pequeno conjunto de circunstâncias podem ser elucidativas do modo como algumas áreas do nosso mundo profissional não estão tão bem quanto parecem.

Não nos parece muito importante frisar os aspectos legais que protegem a privacidade do cidadão face aos meios informáticos, mas temos que ser conscientes de que a utilização de meios informáticos e de redes de comunicação são prática comum no nosso meio profissional, e que, portanto, temos de conhecer que existem leis que regulam a transferência de dados a nível internacional e que existe uma lei que protege essencialmente a privacidade pessoal.

Acessibilidade à informação — censura na informação

No Ano Internacional da Tolerância repetir aos utilizadores de serviços de informação que, como profissionais, lhes reconhecemos e lhes queremos garantir o direito de acesso à informação não é uma tarefa simples. Porquê?

Existem várias atitudes que revelam as nossas concepções acerca do que é uma biblioteca, em resumo:

— Como definimos o que é uma biblioteca? — um repositório dos valores humanos, reflexo dos registos humanos de civilização acessível a todos ou um instrumento pelo qual se pode controlar o que pensam os cidadãos? A informação não é neutra mas para o desenvolvimento dos indivíduos de uma dada sociedade é necessário o debate que só é possível com o acesso a todos os pontos de vista.

A não existência de censura não é uma utopia, mas primeiro há que clarificar o conceito e depois reflectir em conjunto quais as medidas, pessoais e organizacionais que queremos assumir.

Seguindo D. Ward³ pode afirmar-se que existem, do ponto de vista do consequencialismo, quatro argumentos contra a censura:

- A opinião que a autoridade quer suprimir pode ser verdadeira.
- Mesmo que essa opinião seja em grande parte falsa pode conter alguma parcela de verdade, à qual será difícil chegar se se suprimir o discurso que a contém.
- Qualquer opinião quer seja verdadeira ou falsa será tida como um dogma e não como uma verdade viva, se se cortar a possibilidade de que seja discutida.
- O verdadeiro sentido de uma doutrina que não é discutida e confrontada com ideias diferentes, que não é compreendida no quadro de um debate vigoroso pode ser perdido.

Isto no quadro de uma ética de consequências, como o utilitarismo, no fundamental de uma ética de princípios, pode pensar-se como Kant que os seres humanos são fins em si próprios e que impedi-los de chegar à verdade, de expressarem o seu pensamento e de acederem ao pensamento dos outros, é um atentado à sua autonomia racional.

Essencialmente e citando Diana Woodward⁴ — Como é que podemos dar razões contra ou a favor de uma acção? A expressão liberdade intelectual inclui o direito a conhecer os esforços intelectuais dos outros e o direito de divulgar os seus próprios. Parte-se do princípio de que se a natureza humana inclui a sua racionalidade, então qualquer atentado que limite a sua possibilidade de raciocínio é um ataque à sua própria natureza, a con-

clusão é de que os ataques à liberdade intelectual são ataques à própria essência do homem. Afirmar o direito à informação é o princípio e não o fim de qualquer investigação em liberdade intelectual.

Todos têm o direito de liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de ter opiniões sem nenhuma interferência e de procurar, receber e partilhar a informação e as ideias através de qualquer meio sem ter em consideração as fronteiras.

Normalmente é fácil dizermos que concordamos com um princípio tão geral, mas como este não é somente um debate de ideias, mas uma confrontação de práticas interessa-nos ver qual é o modo como agimos em assuntos controversos. Foi elaborado em 1955, e enviado a um grupo alargado de bibliotecas portuguesas, um inquérito sobre censura.

As questões deste inquérito são, por um lado, questões fechadas de resposta «concordo totalmente» a «discordo totalmente», e pelo outro, algumas afirmações são rotundas e ambíguas outras.

Porquê um inquérito desta natureza? Para não confrontar as pessoas com uma entrevista sobre as suas práticas, para lhes dar a liberdade de responder anonimamente acerca das suas convicções.

Porquê a introdução de questões um pouco ambíguas? Porque a censura existe de um modo ambíguo, porque ninguém diz declaradamente que é a favor da censura e porque, normalmente, o censor pensa: «*Eu sou contra a censura, mas neste caso concreto até concordo que...*»

Agradecemos a todos os profissionais portugueses que responderam ao inquérito.

São agora apresentados uns quadros dos resultados das resposta dadas a cada uma das questões. Da análise dos resultados pode concluir-se que há concordância de opiniões face à defesa da liberdade intelectual, mas também se pode concluir que algumas respostas podem ser incoerentes uma vez que grande parte das pessoas inquiridas diz a um tempo que é a favor da liberdade intelectual e afirma que concorda com algumas informações que são censura.

Notas

¹ VEANER, A. — New roles for librarians or no roles? LIBRARY PERSONNEL NEWS (Nov.-Dec. 1994).

² KALLMAN & GRILLO — *Ethical decision making and information technology: an introduction with cases*. Watsonville: McGraw-Hill, 1993.

³ WARD, D. V. — *Philosophical issues in censorship and intellectual freedom*. LIBRARY TRENDS. 39: 1-2 (1990) 83-91.

⁴ WOODWARD, D. — *A framework for deciding issues in ethics*. LIBRARY TRENDS. 39: 1-2 (1990) 8-17.

Bibliografia

FROELICH, T. J. — *Ethical considerations of information professionals*. ANNUAL REVIEW OF INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY. 27 (1992), 2921-324.

KALLMAN & GRILLO — *Ethical decision making and information technology: an introduction with cases*. Watsonville: McGraw-Hill, 1993.

ROSENQVIST, K. — *Work ethics and professionalism*, SCANDINAVIAN PUBLIC LIBRARY QUARTERLY. 21: 4 (1988) 4-8.

VEANER, A. — *New roles for librarians or no roles?* LIBRARY PERSONNEL NEWS (Nov.-Dec. 1994).

WARD, D. V. — *Philosophical issues in censorship and intellectual freedom*. LIBRARY TRENDS, 39: 1-2 (1990) 83-91.

WOODWARD, D. — *A framework for deciding issues in ethics*. LIBRARY TRENDS. 39: 1-2 (1990) 8-17.

INQUÉRITO SOBRE CENSURA

Agradecemos que dê a sua opinião em relação a cada uma das afirmações, indicando o grau de concordância com elas.

Concordo totalmente	Concordo	Não concordo Nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
5	4	3	2	1

1. «O compromisso fundamental de um profissional de informação é para com a liberdade intelectual para todos».
2. «Uma biblioteca não deve comprar literatura que ponha em causa o *status quo* da organização ou da comunidade em que se insere, porque isso pode afectar o seu futuro financiamento».
3. «Um serviço de informação de uma organização deve ter cuidado em não disponibilizar materiais que afectem o bom nome da organização».
4. «Uma biblioteca deve ter em consideração os utilizadores a que se destina e não adquirir literatura que de algum modo possa ferir sensibilidades de credo, valores culturais, morais da comunidade em que está inserida».
5. «Uma biblioteca deve tentar cobrir o máximo de pontos de vista sobre assuntos controversos».
6. «Uma biblioteca deve opor-se a todas as formas de racismo e de sexismo, por isso não deve possuir literatura que expresse esses pontos de vista».
7. «Num serviço de informação deve ser escondida a informação que, embora não sendo confidencial, pode prejudicar a imagem da organização onde o serviço se insere».
8. «Em nenhuma ocasião uma biblioteca pública deve emprestar livros a menores sobre temas sexuais».
9. «Uma mediateca não deve disponibilizar vídeos pornográficos, ou que assim possam ser considerados».

- 10. «Uma biblioteca pública não deve emprestar a menores livros que os possam influenciar negativamente».
- 11. «Um bibliotecário deve “avaliar” a situação do utilizador antes de lhe emprestar um livro sobre suicídio».
- 12. «A informação sobre fabrico artesanal de drogas só deve ser facultada a pessoas que demonstrem ter uma certa idoneidade».

Por favor, nestas duas últimas questões responda SIM ou NÃO, sublinhando a palavra que melhor expressa o seu ponto de vista.

- 13. Se numa empresa de produtos químicos, um jovem perguntar informação sobre fabrico artesanal de explosivos, essa informação deve ser facultada?

SIM NÃO

- 14. Considera que existe censura de informação na sua organização?

SIM NÃO



RESULTADOS DO INQUÉRITO SOBRE CENSURA

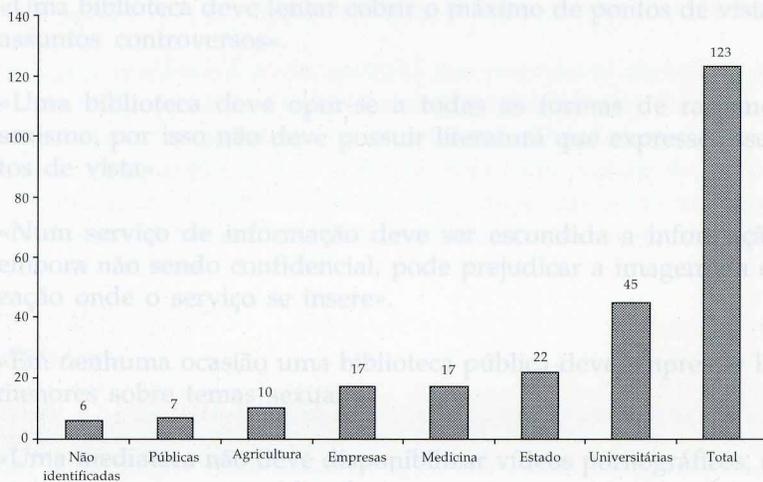
INQUÉRITO ENVIADOS	259
RESPOSTAS OBTIDAS	123

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	6
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	7
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	10
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	17
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	17
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTOS DO ESTADO	22
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	45

QUESTÕES COLOCADAS

Concordo totalmente	Concordo	Não concordo Nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
5	4	3	2	1

Distribuição das resposta obtidas por tipos de bibliotecas



1. O compromisso fundamental de um profissional de informação é para com a liberdade intelectual para todos

5. Concordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	5
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	4
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	8
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	10
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	5
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	12
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	25
TOTAL	69

4. Concordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	5
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	5
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	7
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	18
TOTAL	36

3. Não concordo nem discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	2
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	1
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	1
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	1
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	1
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	2
TOTAL	9

2. Discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	0
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	1
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	0

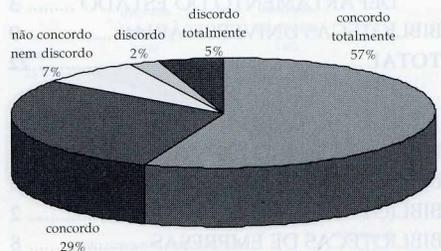
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	1
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	0
TOTAL	3

1. Discordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	0
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	0
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	5
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	1
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	0
TOTAL	6

Resultados das respostas

5. Concordo totalmente	69
4. Concordo	36
3. Não concordo nem discordo	9
2. Discordo	3
1. Discordo totalmente	6



2. «Uma biblioteca não deve comprar literatura que ponha em causa o status quo da organização ou da comunidade em que se insere, porque isso pode afectar o seu futuro financiamento»

5. Concordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	0
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	0
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	1
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	
TOTAL	3

4. Concordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	0
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	3
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	7
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	2
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	5
TOTAL	17

3. Não concordo nem discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	3
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	2
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	3
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO DEPARTAMENTO DO ESTADO	3
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	9
TOTAL	22

2. Discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	4
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	2
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	8

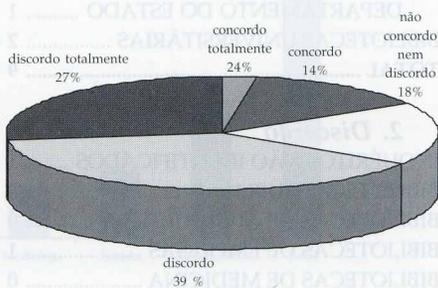
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	2
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	10
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	19
TOTAL	47

1. Discordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	2
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	3
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	4
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	5
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	6
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	12
TOTAL	33

Resultados das respostas

5. Concordo totalmente	3
4. Concordo	17
3. Não concordo nem discordo	22
2. Discordo	47
1. Discordo totalmente	33



3. Um serviço de informação de uma organização deve ter cuidado em não disponibilizar materiais que afectem o bom nome da organização

5. Concordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	6
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	1
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	3
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	5
TOTAL	17

4. Concordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	2
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	2
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	6
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	8
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	9
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	8
TOTAL	37

3. Não concordo nem discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	4
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	3
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	4
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	2
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	12
TOTAL	28

2. Discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	2
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	3
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	2
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	1

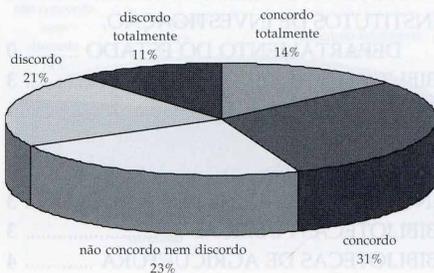
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	6
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	11
TOTAL	26

1. Discordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	1
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	0
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	3
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	2
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	7
TOTAL	14

Resultados das respostas

5. Concordo totalmente	17
4. Concordo	37
3. Não concordo nem discordo	28
2. Discordo	26
1. Discordo totalmente	14



4. Uma biblioteca deve ter em consideração os utilizadores a que se destina e não adquirir literatura que de algum modo possa ferir sensibilidades de credo, valores culturais ou morais da comunidade em que está inserida

5. Concordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	4
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	2
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	2
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	2
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	6
TOTAL	16

4. Concordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	0
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	4
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	6
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	7
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	6
TOTAL	25

3. Não concordo nem discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	2
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	1
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	3
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	2
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	0
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	3
TOTAL	11

2. Discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	3
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	3
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	4

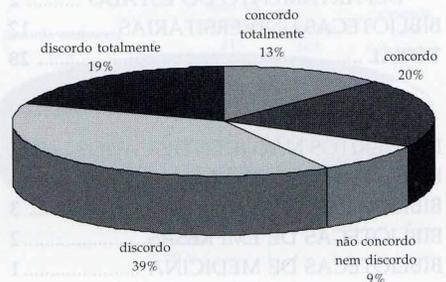
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	6
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	5
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	11
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	16
TOTAL	48

1. Discordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	2
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	1
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	2
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	2
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	2
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	14
TOTAL	24

Resultados das respostas

5. Concordo totalmente	16
4. Concordo	25
3. Não concordo nem discordo	11
2. Discordo	48
1. Discordo totalmente	24



5. Uma biblioteca deve tentar cobrir o máximo de pontos de vista sobre assuntos controversos

5. Concordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	4
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	3
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	5
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	7
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	6
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	3
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	24
TOTAL	52

4. Concordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	3
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	7
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	7
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	7
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	16
TOTAL	41

3. Não concordo nem discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	2
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	2
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	3
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	3
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	4
TOTAL	16

2. Discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	0
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	1
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	1

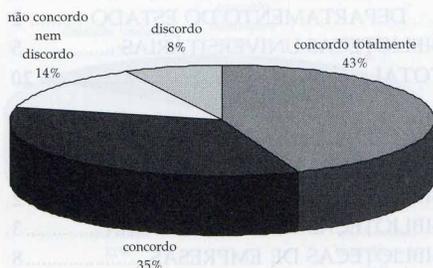
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	5
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	1
TOTAL	9

1. Discordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	0
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	0
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	0
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	0
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	0
TOTAL	0

Resultados das respostas

5. Concordo totalmente	52
4. Concordo	41
3. Não concordo nem discordo	16
2. Discordo	9
1. Discordo totalmente	0



6. Uma biblioteca deve opor-se a todas as formas de racismo e de sexismo por isso não deve possuir literatura que expresse esses pontos de vista

5. Concordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	3
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	2
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	3
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	2
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	0
TOTAL	11

4. Concordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	2
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	1
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	5
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	0
TOTAL	12

3. Não concordo nem discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	4
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	2
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	4
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	2
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	5
TOTAL	20

2. Discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	2
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	3
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	8

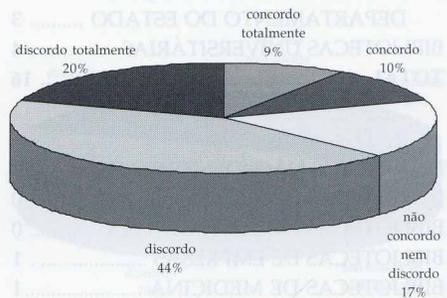
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	5
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	14
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	17
TOTAL	50

1. Discordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	2
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	4
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	1
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	14
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	0
TOTAL	23

Resultados das respostas

5. Concordo totalmente	11
4. Concordo	12
3. Não concordo nem discordo	20
2. Discordo	50
1. Discordo totalmente	23



7. Num serviço de informação deve ser escondida a informação que, embora não sendo confidencial, pode prejudicar a imagem da organização onde o serviço se insere

5. Concordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	0
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	2
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	1
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	1
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	1
TOTAL	5

4. Concordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	1
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	5
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	1
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	5
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	3
TOTAL	16

3. Não concordo nem discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	3
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	3
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	4
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	3
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	5
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	13
TOTAL	31

2. Discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	3
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	4
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	5

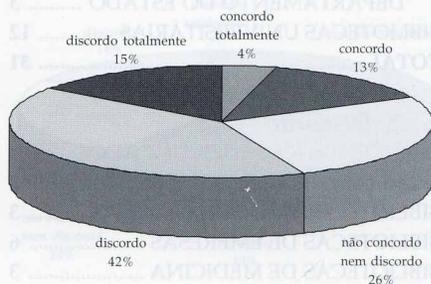
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	11
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	10
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	15
TOTAL	49

1. Discordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	5
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	1
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	1
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	1
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	1
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	14
TOTAL	23

Resultados das respostas

5. Concordo totalmente	5
4. Concordo	16
3. Não concordo nem discordo	31
2. Discordo	49
1. Discordo totalmente	23



8. Em nenhuma ocasião uma biblioteca pública deve emprestar livros a menores sobre temas sexuais

5. Concordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	1
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	1
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	1
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	1
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	2
TOTAL	7

4. Concordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	1
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	2
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	0
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	2
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	2
TOTAL	7

3. Não concordo nem discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	3
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	3
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	7
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	3
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	12
TOTAL	31

2. Discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	2
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	3
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	6
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	3

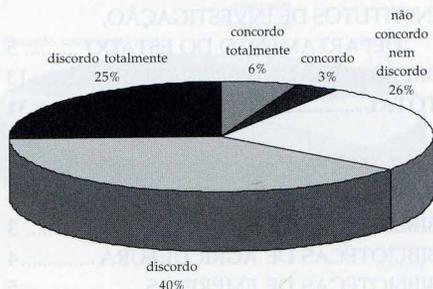
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	12
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	20
TOTAL	47

1. Discordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	4
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	5
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	6
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	4
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	8
TOTAL	30

Resultados das respostas

5. Concordo totalmente	7
4. Concordo	7
3. Não concordo nem discordo	31
2. Discordo	47
1. Discordo totalmente	30



9. Uma mediateca não deve disponibilizar vídeos pornográficos, ou que assim possam ser considerados

5. Concordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	4
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	5
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	2
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	8
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	15
TOTAL	36

4. Concordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	2
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	4
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	5
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	6
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	5
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	11
TOTAL	34

3. Não concordo nem discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	3
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	1
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	4
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	5
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	4
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	11
TOTAL	28

2. Discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	2
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	0
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	2
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	3

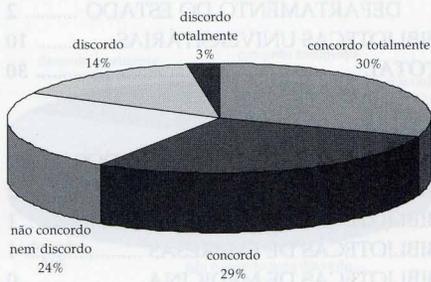
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	5
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	7
TOTAL	17

1. Discordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	2
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	0
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	1
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	1
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	0
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	1
TOTAL	5

Resultados das respostas

5. Concordo totalmente	36
4. Concordo	34
3. Não concordo nem discordo	28
2. Discordo	17
1. Discordo totalmente	5



10. Uma biblioteca pública não deve emprestar a menores livros que os possam influenciar negativamente

5. Concordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	1
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	4
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	2
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	5
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	9
TOTAL	22

4. Concordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	3
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	6
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	8
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	5
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	11
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	12
TOTAL	42

3. Não concordo nem discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	4
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	1
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	3
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	10
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	2
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	10
TOTAL	30

2. Discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	2
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	2
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	1
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	1
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	0

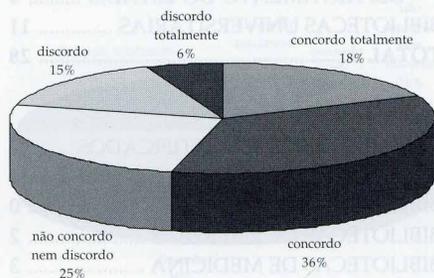
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	4
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	8
TOTAL	18

1. Discordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	0
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	1
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	0
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	0
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	5
TOTAL	7

Resultados das respostas

5. Concordo totalmente	22
4. Concordo	42
3. Não concordo nem discordo	30
2. Discordo	18
1. Discordo totalmente	7



11. Um bibliotecário deve «avaliar» a situação do utilizador antes de lhe emprestar um livro sobre suicídio

5. Concordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	6
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	4
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	6
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	4
TOTAL	22

4. Concordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	3
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	3
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	1
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	4
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	8
TOTAL	21

3. Não concordo nem discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	4
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	5
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	4
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	5
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	10
TOTAL	30

2. Discordo

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	1
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	2
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	4

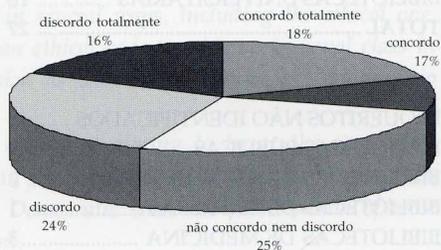
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	7
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	12
TOTAL	29

1. Discordo totalmente

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	4
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	0
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	1
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	4
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	0
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	10
TOTAL	20

Resultados das respostas

5. Concordo totalmente	22
4. Concordo	21
3. Não concordo nem discordo	30
2. Discordo	29
1. Discordo totalmente	20



12. A informação sobre fabrico artesanal de drogas só deve ser facultada a pessoas que demonstrem ter uma certa idoneidade

5. *Concordo totalmente*

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	2
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	2
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	5
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	8
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	7
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	10
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	9
TOTAL	43

4. *Concordo*

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	4
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	2
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	5
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	3
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	12
TOTAL	26

3. *Não concordo nem discordo*

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	0
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	4
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	4
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	5
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	2
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	2
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	10
TOTAL	27

2. *Discordo*

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	2
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	2
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	1
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	3

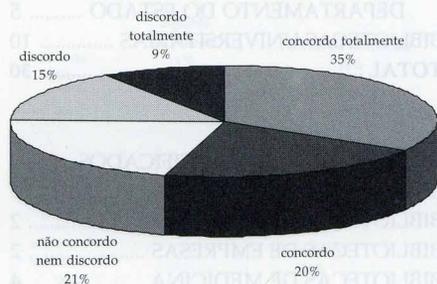
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	6
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	5
TOTAL	19

1. *Discordo totalmente*

INQUÉRITOS NÃO IDENTIFICADOS	2
BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1
BIBLIOTECAS DE AGRICULTURA	0
BIBLIOTECAS DE EMPRESAS	1
BIBLIOTECAS DE MEDICINA	0
INSTITUTOS DE INVESTIGAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ESTADO	1
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	7
TOTAL	12

Resultados de respostas

5. Concordo totalmente	43
4. Concordo	26
3. Não concordo nem discordo	27
2. Discordo	19
1. Discordo totalmente	12



RESUMO Nesta comunicação é apresentada a Comissão de Ética para os Profissionais de Informação em Portugal. São explicitados os seus objectivos que constam do protocolo assinado pelos Presidentes de todas as associações de profissionais portuguesas (BAD, INCITE, APDIS).

É afirmado que a decisão ética é um imperativo de qualidade profissional e que o código de ética pode ajudar a clarificar a decisão e a justificá-la. É também um modo de informar os utilizadores de que existe uma classe profissional esclarecida que garante a qualidade profissional em muitos aspectos e também no ético. Assim, a existência de um código de ética, para esta classe profissional, é proposta como uma ajuda à decisão profissional e uma melhoria de relação com os utilizadores.

A metodologia para a sua elaboração é explicitada com o desejo de ser a um tempo eficiente e democrática. Eficiente no sentido de que a aprovação pela classe de um código de ética se faça atempadamente. Democrática uma vez que se solicita a participação da maior parte de profissionais possível.

São explicitados os conceitos de privacidade dos utilizadores de serviços de informação e de liberdade intelectual.

São apresentados os resultados de um inquérito sobre a censura feito a profissionais portugueses em 1995.

ABSTRACT *In this presentation the Committee of Ethics for Information Professionals in Portugal is introduced and its objectifs, already stated in the protocol signed by the Presidents of all the Portuguese Associations for the Information Professionals (BAD — Librarians, Archivists and Documentalists Association; INCITE — Association for Information Management; APDIS — Portuguese Association for Health Information and Documentation) are explicitated.*

It is stated that ethical decision-making is an imperative of professional quality and that the ethical code can help to clarify and justify the professional decision, as it is a way to inform users that an enlightned professional class exists which guarantees the professional quality in several ways, including the ethical one. Thus, the need for the existence of an ethical code for this professional class in order to help the professional decision as well as to improve the relationship with the users is put forward.

The methodology to its design is explained aiming to be at the same time efficient and democratic. Efficient in the sense that the class approval of an ethical code must be done in time. Democratic since the participation of most of the professionals is a requirement.

ÉTICA NA INFORMAÇÃO • DE LINGUA PORTUGUESA

Two concepts are explained: the concept of users privacy and the concept of intellectual freedom. The results of an inquiry made in 1995 to the Portuguese professionals are presented.

MORADA JNICT-CFDCT

ADDRESS Av. Prof. Gama Pinto, 2 — 1699 Lisboa Codex

Tel: (351 1) 797 28 86

Fax: (351 1) 796 56 22

Email: Jnict@mail.telepac.pt

URL: www.telepac.pt/jnict/